

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.934 - RS (2013/0024482-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **FLÁVIO ANTÔNIO BACHI**  
**ADVOGADOS** : **OMAR LOPES DE SOUZA - RS048622**  
: **FERNANDA GARCEZ E OUTRO(S) - RS060263**  
**RECORRIDO** : **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA**  
**RECORRIDO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS** : **ROGÉRIO SPANHE DA SILVA - RS018649**  
: **GUSTAVO SILVEIRA BORGES E OUTRO(S) - RS055296**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por FLÁVIO ANTÔNIO BACHI contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª Região).

Cuidam os autos, na origem, de ação de revisão contratual proposta por VFLÁVIO ANTÔNIO BACHI contra EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA.

O il. Magistrado julgou improcedentes os pedidos (sentença às fls. 132/138).

Diante disso, FLÁVIO ANTÔNIO BACHI interpôs apelação, a qual foi em parte provida pelo eg. TRF 4ª Região, nos termos do v. acórdão assim ementado (fls. 196/197):

*"ADMINISTRATIVO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CES. TABELA PRICE. ANATOCISMO. TAXA EFETIVA E NOMINAL DE JUROS. AFASTAMENTO DA MORA.*

*1. A jurisprudência desta Corte Vem admitindo a cobrança do CES nos contratos no âmbito do SFH;. considerando'que a sua incidência proporciona ao mutuário uma garantia ante a defasagem entre os diferentes reajustes, da prestação e do saldo devedor, de modo a reduzir o saldo residual. Diversa é a questão quando o saldo residual será arcado pelo FCVS, porque o aporte de valores além daquilo que consta das cláusulas Contratuais, virá em detrimento do mutuário, que pagará prestações majoradas sem que tenha qualquer contrapartida ou benefício seu proveito. Nesses casos, a cobrança do CES somente será possível nos contratos 'celebrados após a vigência do artigo 8º da Lei n. 8.962/1993, ou quando houver expressai estipulação contratual. Precedentes do Superior. Tribunal de Justiça.*

*2. A capitalização de juros ria Tabela Price somente se dá na ocorrência de amortizações negativas, caso em que a parcela de juros não paga mensalmente com o adimplemento dá prestação*

*seja agregada ao saldo devedor, sujeitando-se à incidência de novos juros. Precedentes.*

*3. Verificada a ocorrência de amortizações negativas, o afastamento da capitalização de juros, direcionando-se a parcela de juros impagos a uma conta apartada do saldo devedor, sobre a qual incidirá somente correção monetária e capitalização anuais é medida que se impõe.*

*4. A existência de duas taxas de juros - uma nominal e outra efetiva - também não significa a ocorrência de anatocismo. Isso porque estas taxas em verdade se equivalem, apenas se referindo a períodos de incidência diversos: a taxa nominal anula é aquela aplicada no ano; e a efetiva, apesar de anual, é aquela aplicada mensalmente.*

*5. Havendo previsão contratual quanto a incidência de encargo moratório no caso de impontualidade do mutuário, é exigível sua cobrança. Qualquer questionamento acerca do valor da prestação e/ou seus reajustes, pode ser judicialmente discutido, o que não desobriga o mutuário a promover o pagamento das sucessivas prestações ou seu depósito em juízo, tampouco lhe desonera do encargo. Não se pode admitir que, à guisa de estar discutindo as cláusulas contratuais e o reajustamento de suas prestações, deixe o mutuário de adimplir com suas obrigações e seja desonerado dos encargos decorrentes de sua mora."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão de fls. 203/208).

Inconformado, FLÁVIO ANTÔNIO BACHI manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 2º, parágrafo único, da Lei n.º 10.150/2000; dos arts. 2º, 4º e 5º, *caput*, da MP . 2.170-36/2001; do art. 396 do CC/02

Contrarrazões às fls. 841/860.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o recorrente a violação dos arts. 2º, 4º e 5º, *caput*, da MP . 2.170-36/2001, ao argumento de que existira capitalização de juros na Tabela *Price*.

O eg. TRF 4ª Região, por sua vez, a partir da análise dos termos do contrato, concluiu que o uso da Tabela *Price*, por si só, não gerou anatocismo. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fl. 192):

*"E certo que a capitalização de juros é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, ainda que convencionada entre as partes (art.*

4º do Decreto nº 22.02/33,0 Sumula 121 do STF). Tal posicionamento restou, sedimentado pelo e STJ no, julgamento do REsp 1070297/PR, em sede de recurso repetitivo: É teor do julgado:

(...)

No entanto, ressalto que a capitalização de juros não é inerente à Tabela Price: desde que aplicado corretamente, o sistema Price não gera a capitalização dos juros, pois não há previsão para a incidência de juros sobre juros. "

De fato, o recurso merece provimento. Isso porque, consoante orientação firmada neste Sodalício pelo rito do art. 543-C do CPC/73, "*A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ*" (REsp 1.124.552/RS, Rel. Ministro **Luis Felipe Salomão**, Corte Especial, julgado em 03/12/2014, DJe de 02/02/2015).

Ademais, nesse mesmo julgado, concluiu-se que, para se aferir o anatocismo no cálculo da Tabela Price, **há necessidade de prova pericial**, não se enquadrando, portanto, como matéria de direito. Para melhor demonstrar essa conclusão, segue a ementa do referido aresto:

*"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. TABELA PRICE. LEGALIDADE. ANÁLISE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. APURAÇÃO. MATÉRIA DE FATO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVA PERICIAL.*

*1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.*

*1.2. É exatamente por isso que, em contratos cuja capitalização de juros seja vedada, é necessária a interpretação de cláusulas contratuais e a produção de prova técnica para aferir a existência*

*da cobrança de juros não lineares, incompatíveis, portanto, com financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação antes da vigência da Lei n. 11.977/2009, que acrescentou o art. 15-A à Lei n. 4.380/1964.*

**1.3. Em se verificando que matérias de fato ou eminentemente técnicas foram tratadas como exclusivamente de direito, reconhece-se o cerceamento, para que seja realizada a prova pericial.**

*2. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido para anular a sentença e o acórdão e determinar a realização de prova técnica para aferir se, concretamente, há ou não capitalização de juros (anatocismo, juros compostos, juros sobre juros, juros exponenciais ou não lineares) ou amortização negativa, prejudicados os demais pontos trazidos no recurso.*

(REsp 1124552/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/12/2014, DJe 02/02/2015, g.n.)

Assim, da leitura minudente do v. acórdão recorrido, verifica-se que essa questão, relativa ao anatocismo, foi tratada como matéria de direito, o que viola o entendimento supracitado. Assim, o recurso especial deve ser provido para anular o acórdão e determinar a realização de prova técnica para aferir se, concretamente, há ou não capitalização de juros (anatocismo, juros compostos, juros sobre juros, juros exponenciais ou não lineares) ou amortização negativa.

Diante do acolhimento do recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem, resta prejudicada a análise das demais matérias invocadas.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para, nos termos da fundamentação *supra*, anular o acórdão de fls. 551/556 **apenas em relação à Tabela Price** e determinar a realização de prova técnica para averiguar se há concreta e efetiva incidência de juros compostos ou amortização negativa.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator